



A Questão da Cidadania em Trabalhos Apresentados em GP do Congresso Intercom: Mais Presente nas Práticas Analisadas do que na Teoria

Cicilia M. Krohling PERUZZO¹
Maria Alice Campagnoli OTRE²
Universidade Metodista de São Paulo, São Paulo, SP

Resumo

Este estudo investiga os textos apresentados no *GP Comunicação para a Cidadania* do congresso nacional da Intercom no ano de 2001. Dentre os objetivos estão analisar o embasamento teórico dos trabalhos apresentados de modo a compreender as abordagens feitas sobre a relação comunicação e cidadania; identificar a base teórico-conceitual e os autores de referência utilizados; averiguar a forma como a questão da cidadania se faz presente; e analisar quais os tipos de pesquisa e as técnicas utilizadas para os estudos. Este artigo foi baseado em pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo dos 23 textos apresentados no referido ano. Utilizou-se como suporte à análise de conteúdo o software Atlas.Ti. Conclui-se existir frágil conceituação de cidadania, apesar de o tema estar presente na maioria dos trabalhos. Identificam-se problemas de ordem metodológica, tanto na não explicitação clara dos métodos e técnicas empregados quanto na intensificação de investigações que contribuam mais para o desenvolvimento do conhecimento científico e do campo da Comunicação no Brasil.

Palavras chave

Comunicação; Cidadania; Participação popular; Intercom; 2001

Introdução

Este estudo investiga os textos apresentados no *GP Comunicação para a Cidadania* do congresso nacional da Intercom no ano de 2001³. Este ano marca a efetivação da reestruturação dos então denominados Grupos de Trabalho (GTs) da Intercom, ocorrida em 2000, que passaram a se chamar Núcleos de Pesquisa (NPs) e hoje são identificados como Grupos de Pesquisa (GPs) aglutinados em Divisões Temáticas (DT). No caso do GP em foco, antes de 2001 ele se chamava GT Cultura e Comunicação Popular, criado em 1990.

¹ Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Metodista de São Paulo. Doutora em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Autora dos livros *Relações públicas no modo de produção capitalista*; *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*; e *Televisão Comunitária: dimensão pública e participação cidadã na mídia local*. Ex-coordenadora do GP Comunicação para a Cidadania e ex-presidente da Intercom. E-mail: kperuzzo@uol.com.br

² Doutoranda da Universidade Metodista de São Paulo. E-mail: maliceotre@yahoo.es

³ Por uma questão de espaço retiramos do rodapé a indicação de nomes e autores de todos os trabalhos apresentados.



A proposta de fundo dos NPs era garantir o fortalecimento dos grupos de pesquisadores que se reuniriam não somente nos congressos, mas também em outros fóruns ou para realizar de pesquisas.

As mudanças de denominação não alteraram a proposta do grupo que desde sua origem agrega pesquisadores dedicados às temáticas relacionadas à comunicação no âmbito das classes subalternas e voltada à transformação social, e de suas intersecções com a cultura e a cidadania.

Em estudo sobre os trabalhos do grupo apresentados de 2000 a 2004, Cogo (2005, p. 2-3) fala sobre o seu eixo temático:

perspectivas de (re)configurações das inter-relações entre mídias, movimentos sociais e cidadania [...] [em que] pesquisadores do Núcleo passam a assumir, em suas reflexões, esse protagonismo crescente das instâncias midiáticas na produção e gestão de projetos de cidadania ofertados à sociedade brasileira.

A autora (2005) identifica, ao analisar as pesquisas do grupo (2001-2004), certa convergência, entre as instâncias macro (mídias massivas) e micromidiáticas (mídias comunitárias geridas por grupos e movimentos sociais), além de destacar a convergência de

pelo menos três instâncias de entendimento do conceito de cidadania – sociopolítica, cultural e mundial. [...] Associadas a realidades comunicacionais e midiáticas, essas instâncias interagem e se mesclam para oferecerem, através de diferentes trabalhos de pesquisa, entendimentos sobre a (re)configuração de distintas modalidades de gestão, exercício e participação cidadã de atores grupos, comunidades e movimentos sociais. A um conceito mais clássico de cidadania, ancorado no exercício de direitos civis, políticos e sociais em que se combinam os ideais ocidentais de liberdade, participação e igualdade, se agrega uma noção de cidadania fundamentada em demandas culturais, pautada no reconhecimento da ‘diferença’ para fazer emergir, no âmbito do Núcleo, o debate em torno da chamada cidadania mundial e/ou transnacional, entendida recentemente como um princípio alternativo da ordem mundial que pressupõe o reconhecimento de direitos e deveres equivalentes em esferas transversais de tomadas de decisões que afetam as necessidades e interesses vitais dos indivíduos (COGO, 2005, p. 13-14).

Como já mencionados, este texto analisa apenas a produção apresentada no ano 2001, cuja pesquisa parte da seguinte pergunta (comum ao projeto como um todo): como o conceito de cidadania aparece nos trabalhos apresentados do GP Comunicação para a Cidadania da Intercom?

Quanto aos objetivos geral e específicos deste texto, são:



Objetivo geral: Analisar o embasamento teórico dos trabalhos apresentados no GP Comunicação para a Cidadania de modo a compreender as abordagens feitas sobre a relação comunicação e cidadania.

Objetivos específicos: a) Identificar a base teórico-conceitual e os autores de referência utilizados; b) Averiguar a forma como a questão da cidadania se faz presente; c) Analisar qual é o *status* de cidadania que permeia a discussão sobre a mesma na época enfocada; d) Analisar o tipo de pesquisa e as técnicas utilizadas para os estudos.

Metodologia

O estudo foi baseado em pesquisa bibliográfica, documental e análise de conteúdo. A pesquisa bibliográfica enfatizou o tema da cidadania e os estudos anteriores sobre o grupo de pesquisa. Quanto à pesquisa documental, nos foram úteis os documentos regulamentais e sobre a histórica dos grupos de pesquisa da Intercom. Para a análise aprofundada do corpus, composto por 23 textos apresentados no congresso da entidade de 2001⁴, realizamos uma análise de conteúdo.

A análise de conteúdo foi feita a partir de uma planilha composta por categorias previamente elaboradas com base na pré-análise dos trabalhos. No caso presente, uma das categorias, a primeira, foi elaborada prevendo certa flexibilidade para permitir a identificação no decorrer do estudo da base conceitual com mais segurança. O corpus obedece às regras para sua constituição, segundo Bardin (2009, p.123-124), quais sejam: representatividade (trabalhamos com todo universo, ou seja a totalidade dos trabalhos apresentados no ano estudado); homogeneidade (todos os trabalhos foram apresentados no mesmo GP); e pertinência (o corpus se adequa aos objetivos do projeto).

As categorias usadas são as seguintes:

1) Base conceitual principal (fundamentação): a) Comunicação popular, alternativa e comunitária; b) Teologia da Libertação /Comunicação nas CEBs,/ Pastorais/ Pesquisa; c) Sociedade civil, comunicação e mobilização; d) Cidadania (clássicos); e) Redes sociais (nível dos MSP); f) Participação; g) Trabalho imaterial/Teoria da música; h) Produção de sentido/ ideologia; i) Educação; j) Informação e comunicação na saúde; l) Comunicação educativa/Educomunicação; m) Multiculturalismo/nacionalismo; n) Cultura e identidade; o) Ética. Neste caso, as

⁴ XXIV Congresso Brasileiro de Ciência da Comunicação, de 3 a 7 de setembro de 2001 - Campo - Grande/MS



alternativas de respostas obedecem sua aparição no corpus dada a especificidade dos temas abordados.

2) Conceitos de cidadania: a) Suficientemente explicitados; b) Pouco explicitados; c) Não explicitados; d) Não menciona conceitos, mas está na prática analisada.

3) Como cidadania entra no texto: a) Somente na fundamentação teórica (conceitos); b) Na fundamentação teórica e no estudo empírico; c) Nem na fundamentação teórica, nem no estudo empírico; d) Só no estudo empírico (mas não usa os conceitos de cidadania); e) Nos pressupostos conceituais (ex. direitos, igualdade...).

4) Caracterização do estudo: a) Só teórico; b) Teórico e empírico.

5) Presença das palavras: a) Cidadania (Cidadã/ Cidadão); b) Participação (Participar); c) Emancipação (emancipar...); d) Mobilização (Mobilizar, Mobilizado...); e) Direito (direitos). Ressalta-se que consideramos os derivados dessas palavras também na língua espanhola, já que um dos textos apresentados no grupo estava nesta língua.

6) Dimensões de cidadania de que trata o texto; a) Direitos civis e políticos (1a.G.); b) Direitos sociais (2ª.G.); c) Direitos coletivos (3ª.G.); d) Biodireito (4a.G.); e) Direitos culturais e comunicacionais (5a.G.); f) Duas ou mais gerações juntas –quais.

7) Tipo de pesquisa – Metodologia/técnica: a) Pesquisa bibliográfica; b) Pesquisa documental; c) Pesquisa participante / observação direta; d) Entrevista; e) Análise de conteúdo; f) Estudo de caso; g) Outros; h) Explícita a metodologia; i) Não explicita a metodologia. Esta categoria permitia a marcação de mais de uma alternativa, de forma a explicitar todos os métodos e/ou técnicas utilizados nas pesquisas. Destaca-se que nos trabalhos em que não havia a menção dos métodos/técnicas utilizados consideramos aqueles que estavam implícitos.

8) Suporte ou foco objetivo: a) Rádio comunitária; b) Rádio (outras); c) Televisão comunitária; d) Jornal impresso / boletim (comunitário); e) Jornal impresso (outras); f) Internet (Redes / comunidades virtuais); g) Não se aplica (ONGs, mobilização comunitária, educomunicação... etc.)

9) Autores citados (dentro do texto).

Para a análise de conteúdo usamos como técnica tanto a classificação manual quanto *softwares*. No que se refere aos programas digitais, para visualizar as tendências temáticas utilizamos *Wordle*⁵, uma ferramenta que permite montar nuvens de palavras.

⁵ Ver www.wordle.net



Para tanto, usamos as palavras chave⁶ dos textos. A repetição da palavra, ilustrativamente, mostra a importância atribuída a alguns conceitos nas pesquisas do grupo, conforme será mostrado no corpo do trabalho.

Para a captação dos elementos previstos na planilha, nas categorias já mencionadas, trabalhamos com os textos integrais. Uma das categorias, aquela que identifica a presença de determinadas palavras⁷, foi processada por meio do software *Atlas.Ti*⁸, o qual é aplicável para se fazer análise de conteúdo.

A hipótese prévia foi de que a produção de 2001 seria bastante frágil em termos da presença dos conceitos de cidadania.

Fundamentação teórica que marca a produção de 2001

Para compreender quais são os conceitos de cidadania que fundamentam os trabalhos apresentados no Grupo de Pesquisa Comunicação para a Cidadania no ano de 2001, começamos por identificar a principal base de sustentação teórica de cada texto. Constatamos, em primeiro lugar, uma diversidade de conceitos, o que revela o caráter interdisciplinar das abordagens. Do total dos 23 textos, o foco principal do embasamento teórico é da comunicação popular, comunitária e alternativa em 4 (quatro) trabalhos; outros 4 (quatro) se embasam na teologia da libertação e outras dimensões da comunicação religiosa; 3 (três) em conceitos de sociedade civil e mobilização social; 2 (dois) em conceitos clássicos de cidadania; e o restante – com uma menção cada – a fundamentação principal é relativa redes sociais/comunidades virtuais, participação, trabalho imaterial/teoria da música, produção de sentido/ideologia, educação, educomunicação, informação/comunicação na saúde, multiculturalismo/nacionalismo, cultura/identidade, e ética.

Em segundo lugar, observamos que um número reduzido de textos - 2 (dois) - trabalha especificamente a partir dos conceitos de cidadania, conforme apontado acima. Porém, outros 2 (dois) chegam a falar em cidadania, mas não a aborda do ponto de vista

⁶ Havia alguns textos sem menção das palavras chave, as quais foram acrescentadas com base no título e no resumo.

⁷ “Presença de palavras”.

⁸ Este software é utilizado como ferramenta para trabalhos de análise de conteúdo. É certo que a interpretação dos dados só pode ser feita pelo pesquisador, porém, a ferramenta colabora facilitando a sistematização de dados que outrora, manualmente, exigiam muito tempo do pesquisador. Em nossa análise, disponibilizamos na base de dados do programa os 23 textos apresentados em 2001 ao NP e conseguimos um ranqueamento de total de presença das palavras. A partir daí, somamos a presença destas e termos derivados para obtermos os dados que aparecem no quadro 2.

<http://pt.scribd.com/doc/95582556/Apostila-Atlas-ti-5-0>.



teórico. Em outros termos, 4 (quatro) textos entram no tema da cidadania de modo explícito, mas só a metade usa seus conceitos como fundamentação, sendo que apenas 1 (um) os explica suficientemente. Contudo, mesmo que a maioria (22) não use os conceitos de cidadania, 11 deles tratam de questões relacionadas à mesma nos estudos empíricos apresentados. Ou seja, alguns dos autores partem de outros conceitos para analisar práticas cidadãs de comunicação na arena dos direitos humanos. Os demais trabalhos se embasam em outros conceitos também pertinentes à cidadania no sentido amplo e a temas como cultura e práticas comunicacionais.

Com base nesse panorama procuramos captar como o tema da cidadania entra na produção do GP de 2001 e chegamos ao seguinte quadro:

Quadro 1 - Como cidadania entra no texto

Tipo de presença	Número de vezes
Somente na fundamentação teórica (conceitos)	2
Na fundamentação teórica e no estudo empírico	1
Nem na fundamentação teórica, nem no estudo empírico	6
Só no estudo empírico (mas não usa os conceitos de cidadania)	11
Nos pressupostos conceituais (ex. direitos, igualdade...)	3
Total	23

Para complementar esse quadro, verificamos o grau de presença de algumas palavras (cidadania, participação, emancipação, mobilização, direito⁹) no corpo dos 23 textos analisados. A contagem foi feita com o auxílio do software Atlas.Ti, conforme já esclarecido na introdução, com o seguinte resultado:

Quadro 2 – Presença de palavras

Palavras verificadas	Presença
Cidadania / cidadã/ cidadão/ciudadanía , ciudadanas	228
Participação/ participar/ participación	203
Emancipação/ emancipar	3
Mobilização/ mobilizar/ Mobilizado/movilización	78
Direito(s), Derecho(s)	89

Como se pode depreender do quadro acima, relativo à presença e às repetições de palavras relacionadas à questão da cidadania no conjunto dos textos captadas pelo

⁹ Consideramos também as palavras derivadas por exemplo, cidadã, cidadão, e plurais, como direitos, além de os derivados das mesmas palavras na língua espanhola, já que um dos textos apresentados no grupo estava nesta língua.



software Atlas.Ti, conforme já explicado, a constância das referidas palavras é acentuada. Também ganham destaque nos trabalhos o termo participar e derivados, proporcionando a reflexão de que a prática cidadã, principalmente quando relacionada à comunicação, não acontece sem a participação, desde seu nível mais elementar como a participação apenas com voz, até o exercício do poder interferir em pautas e na produção de textos – como se verifica no trabalho sobre o jornal O Cidadão e o Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré¹⁰, assim como a participação na gestão de canais comunitários de televisão, que varia conforme a capacidade de mobilização, articulação e convivência dos atores envolvidos no processo¹¹.

Das palavras por nós elencadas, em terceiro lugar aparecem direito e direitos (citadas 89 vezes), e em quarto, mobilização e suas variações (78), também importantes para a revelação do campo associativo ou conceitual em que os trabalhos do grupo estão inseridos. Em último lugar no que diz respeito à sua utilização nos trabalhos, estão o substantivo emancipação e seus derivados, que aparecem apenas três vezes. Como se observa, apesar de a ideia de emancipação fazer parte das discussões do grupo, a utilização do termo não era constante em 2001, tendo sido mais apropriado pela academia em anos anteriores. O contrário, com mais ênfase nos últimos anos, tende a ser o termo empoderamento que, a título de curiosidade só aparece 1(uma) vez em 2001. Uma análise dos textos atuais apresentados no grupo poderia dar um panorama sobre a apropriação destas palavras que ganham força em determinados momentos histórico-culturais.

Em suma, a constância das palavras indica que a questão da cidadania é a força motriz no conjunto dos trabalhos do GP em análise, mesmo que seus conceitos não estejam sempre presentes de modo explícito.

Ainda no trabalho com as palavras, além de verificarmos a presença de alguns termos por nós selecionados nos textos, procuramos também fazer uma demonstração da constância de certos termos e expressões usados como palavras-chave nos trabalhos, no formato de “nuvem”, obtida através do *Wordle*.

Figura 1 – Visão das palavras-chave (conservadas as expressões)

¹⁰ Pesquisa apresentada no grupo em 2001 por André Luis Esteves Pinto

¹¹ Pesquisa apresentada por Círcia M. Krohling Peruzzo



Quadro 3 – Dimensões de cidadania de que trata o texto

Gerações de direitos (abordagem explícita ou implícita)	Presença
Direitos civis e políticos (1a.G.)	3
Direitos sociais (2ª.G)	6
Direitos coletivos (3ª.G.)	4
Biodireito (4a.G.)	-
Direitos comunicacionais e culturais (5a.G)	5
Total	23

Antes de analisar este quadro, ressaltamos que a noção de gerações de direitos assumida neste texto advém dos conceitos sobre as dimensões civil, política e social da cidadania desenvolvidas por Marshall (1967), retomadas por Barbalet (1989) e atualizadas por Bobbio (1992) e Vieira (2000), entre outros, que incorporam os direitos coletivos e do campo da bioética, além daquele que se refere ao direito à comunicação e a cultura, enfatizados em ensaios de Peruzzo (2005, 2009), também entre outros autores.

Em síntese, tal percepção da evolução dos direitos demonstra como o status da cidadania se modifica na histórica.

No sentido moderno,

Cidadania é um conceito derivado da Revolução Francesa (1799) para designar o conjunto de membros da sociedade que têm direitos e decidem o destino do Estado. [...] Em latim, a palavra *ciuis* gerou *ciuitas*, ‘cidadania’, ‘cidade’, ‘Estado’. Cidadania é uma abstração derivada da junção dos cidadãos e, para os romanos, cidadania, cidade, Estado constituem um único conceito – e só pode haver esse coletivo, se houver antes, cidadãos. *Ciuis* é o ser humano livre e, por isso, *ciuitas* carrega a noção de liberdade” (FUNARI, 2003 p.49).

Cidadania se constitui em um quefazer histórico, construído coletivamente, e se manifesta e avança em conformidade com as circunstâncias de cada época, com o nível de consciência das pessoas e da intensidade das lutas que são capazes de travar para legitimar o avanço nas concepções de direitos humanos.

Assim sendo, os direitos civis (direito à liberdade individual, à proteção legal, à propriedade, locomoção etc., conquistados desde o século XVIII) e *políticos* (participação no exercício do poder político, liberdade de associação e de reunião e de participação em órgãos de representação, conquistados desde o século XIX) são considerados como de primeira geração. Os *direitos sociais* (aqueles relativos à participação, com igualdade, do nível de vida e do patrimônio social, direito ao atendimento das necessidades básicas de moradia, escola, proteção, saúde etc., direitos



do trabalho etc., conquistados no século XX) são de segunda geração. Os *direitos coletivos* pregam o respeito à diversidade social (idosos, mulheres, crianças, povos etc.), mais reconhecidos desde a segunda metade do século XX, são de terceira geração. Aqueles do âmbito da *bioética*, ou *biodireito*, que visam garantir o direito à vida, impedir a sua destruição e a regular a criação de novas formas de vida no planeta são considerados como de quarta geração (BOBBIO, 1992, p. 69; VIEIRA, 2000, p.22-23).

Como a história é dinâmica, cabe frisar a importância e a aceitação crescentes da Comunicação como direito humano no mesmo nível dos demais direitos.

[...] compreendido como direito de terceira geração - [a comunicação como direito humano] representa um avanço na concepção de cidadania, visto que a comunicação sempre fica meio imperceptível nas dimensões clássicas da cidadania. Significa ir além da noção tradicional de direitos civis, políticos e sociais [nos quais também está o direito de comunicar] e dar-lhe distinção apontando, ousaríamos dizer, para os direitos comunicacionais ou dimensão comunicacional da cidadania, o que inclui os direitos do universo da cultura. Estes estão embutidos nos direitos civis, políticos e sociais, mas quem sabe possam vir a ser fortalecidos se ganharem tratamento distinto quando pensados no nível de desdobramento em termos de 'geração de direitos', diante do papel central que os meios de comunicação, baseados nas NTIC, têm na sociedade contemporânea. Diante disso, cabe-nos perguntar se os direitos comunicacionais não estão inspirando uma nova geração de direitos? Pode surgir, assim, uma quinta geração de direitos, já que a quarta geração de direitos já é atribuída ao universo da bioética, a qual também inclui aspectos dos direitos humanos à comunicação (PERUZZO, 2009, p.38).

Enfim, com base nesses princípios procuramos identificar na categoria acima (quadro 3) em qual geração de direitos de cidadania a problemática de cada trabalho se refere, tanto de modo explícito (caso dos textos teóricos embasados por seus conceitos) quanto naqueles em que a cidadania entra de modo implícito do ponto de vista teórico mas cadente nos estudos empíricos. Fizemos também um esforço de perceber se duas ou mais gerações de direitos se faziam presentes ao mesmo tempo.

Como se pode ver no quadro 3 (três), as pesquisas enfatizam, nesta ordem, os direitos sociais (2ª geração), os direitos comunicacionais /culturais (5ª Geração), os direitos coletivos (3ª geração), e os direitos civis e políticos (1ª geração). Em outras palavras, os estudos reportam prioritariamente aos direitos sociais, ou seja, acesso ao patrimônio social e aos bens coletivos que garantem um nível de vida digno (saúde, educação etc.); aos direitos comunicacionais e culturais (liberdade expressão mais o empoderamento de canais de comunicação e de fruição/ elaboração de bens culturais); e



aos direitos coletivos¹³ (dos grupos sociais em suas necessidades e diferenças), como por exemplo, os direitos das crianças, das mulheres, dos negros etc.; e, por último, os direitos civis políticos, aqueles ligados à liberdade individual de expressão, locomoção, participação política etc. Os de quarta geração, do âmbito do biodireito, não aparecem nos trabalhos do ano analisado.

Trata-se de uma classificação meramente aproximativa e não exata, pois, dificilmente uma “geração de direitos” aparece sozinha. Ao tentarmos identificar a presença de mais de uma geração de direitos em cada texto, constatamos que aparecem juntos com mais frequência - em 2 (dois) - trabalhos os direitos de 1ª, 2ª, 3ª e 5ª geração; os de 2ª e 3ª gerações estão também mais visíveis em 2 (dois) trabalhos; os de 1ª e 2ª gerações em 1 (um); e da mesma forma, com 1(um), os de 1ª e 5 e os de 1ª, 2ª e 3ª gerações. Estas combinações foram observadas apenas nos textos em que explícita ou implicitamente a questão da cidadania se fazia presente. Em 11 textos a presença marcante é de apenas uma das gerações de direitos, e, em 5 (cinco) o tema é desviado para outros assuntos.

Cabe ressaltar que, no conjunto, os tipos de direitos abordados são os de liberdade de expressão, os sociais (contra a degradação da vida e pela saúde); os coletivos – principalmente da criança, do negro e da mulher -, e o direito à comunicação, embora essa expressão não faça parte do vocabulário dos textos. As abordagens nas quais se denota a presença dos direitos se referem majoritariamente ao âmbito nacional, mas a perspectiva local é acentuada em 4 (quatro) trabalhos. Apenas 1(um) os toma na perspectiva mundial.

Este panorama parece indicar a existência de uma relação entre a concepção de cidadania predominante numa época e o exercício da própria cidadania. No período analisado – 2001 -, vivia-se como se vive hoje em dia no Brasil, uma mobilização social expressiva em torno da melhoria das condições de existência dos setores empobrecidos da população. Essa mobilização se expressa por meio da organização de setores populares e da articulação dos mais diversos atores sociais em manifestações e lutas pelo respeito aos direitos humanos, principalmente os sociais e coletivos, o que representa um avanço em relação à concepção dos direitos individuais, mas os incorpora. Também evidenciam a demanda pela conquista do direito à comunicação, algo bastante recente, se tomado na perspectiva de enxergar a comunicação como direito, para além da liberdade de imprensa e liberdade de expressão. Uma vez

¹³ Legitimados desde a segunda metade do século XX (VIEIRA, 2000).



garantidos os direitos individuais, mesmo debaixo de limites e desigualdade, novos direitos passam a agendar a pauta de debates públicos e a das lutas sociais.

Uma provável hipótese passível de verificação futura seria que nos trabalhos do mesmo grupo, de anos anteriores tais como logo após o fim da ditadura militar, haveria predominância de sinais de direitos de primeira geração seguidos pelos da segunda e terceira dimensões.

Autores de referência

Seguindo a proposta dessa pesquisa realizada de forma conjunta e que analisa o grupo de 2001 a 2011, buscamos identificar os autores utilizados nos trabalhos para compor o referencial teórico das pesquisas. Conforme já mencionado, para chegarmos aos dados dos autores mais citados e da quantidade de citações de cada um, fizemos a contagem manual, já que o autor nem sempre era identificado pelo nome (ex: Paulo Freire destaca....), mas aparecia também de outras formas como “segundo o autor”, ou “para o autor” ou ainda, “o estudioso”.

Dessa forma, contabilizamos 211 autores citados nos 23 artigos analisados, além de outros 34 autores que apenas foram nomeados, sem sequer aparecer suas obras nas referências bibliográficas, como no exemplo a seguir:

“Definir Ética é um ato constrangedor. Repassar Sócrates, Platão, Kant, Hegel, ou ainda, mais próximos de nós, Marilena Chauí ou Enrique Dussel, — que trabalha uma identidade libertadora para a Ética, de grande envergadura para a nossa realidade — e tantos outros que já se debruçaram sobre o assunto [...]”. Em casos como este os autores estão dentre os 34 que foram apenas nomeados.

Dos 211 autores, 22 foram citados 7 (sete) vezes ou mais, sendo que estes também correspondem aos mais referenciados no conjunto dos trabalhos de 2001, conforme demonstra o quadro abaixo.

Quadro 4 – Autores mais citados (de 7 a 23 vezes) dentro dos textos

Nome	No. vezes
John Thompson	23
Nestor Garcia Canelini	14
Cicília K. Peruzzo	12
Gilles Deleuze	11

François Bayle	11
Jesús Martin-Barbero	11
Renato da Silveira	11
Antonio Miguel Kater Filho	10
Ilse Scherer- Warren	10



José Luiz Braga	10
Félix Guattari	9
Ismar Soares	9
José Marques de Melo	8
Michel Maffesoli	8
Reginaldo Prandi	8
Andrea Semprini	7

Denise Cogo	7
Giuseppe Cocco	7
José Bernardo Toro	7
Maria Victoria Espiñeira	7
Paulo Freire	7
Theodor Adorno	7

Esclarecemos que computamos apenas as citações no corpo de texto. Portanto essa contagem não inclui todas as obras presentes na bibliografia, já que há casos em que muitos textos e autores que ali aparecem não são mencionados no corpo dos textos.

A expressiva quantidade de citações de Thompsom, explica-se, é devido a um texto em específico que analisa as estratégias ideológicas utilizadas pela Igreja Católica em sua relação com a mídia por meio dos referenciais da Hermenêutica da Profundidade, de Thompsom. Ao explicar o método de análise por meio de citações e referências ao autor, este texto avoluma o total de menções referentes ao mesmo.

A presença de filósofos, sociólogos, educadores entre os mais referenciados, além de comunicadores, mostra o caráter transdisciplinar dos trabalhos apresentados no grupo. Ressaltamos também a presença de membros participativos do grupo, inclusive tendo sido todos eles em algum momento coordenadores do Grupo da Intercom, como referências para outros trabalhos, dentre eles, Cicilia Peruzzo (12), Denise Cogo (7) e Bruno Fuser (3). Isso demonstra a consonância da produção bibliográfica dos mesmos ao foco teórico do grupo, além do caráter contemporâneo dos temas tratados e a importância de pesquisadores do grupo para o desenvolvimento de conceitos e para o embasamento da própria área pesquisada.

Esclarecemos que outros 108 autores foram citados apenas uma vez no conjunto dos textos, entre eles, Michel de Certeau, Jean Baudrillard, Anthony Giddens, Pierre Bordieu; 40 autores foram citados duas vezes (Eliseo Verón, Enrique Dussel, Giacomo Vatimo, Joana Puntel, Cremilda Medina, Nélia Del Bianco etc.), e 39 autores, tais como Raquel Paiva, Muniz Sodré, Marcos Palácios, Bruno Fuser, Leonardo Boff, tiveram entre 3 e 6 citações em todos trabalhos.

Metodologia: se muito se pesquisa, pouco se explica como pesquisou

Dos 23 textos analisados, 9 (nove) trazem apenas discussões teóricas e 15 entrelaçam o teórico e estudos empíricos. Averiguamos também que do total de textos,



apenas oito (oito) autores explicitam a metodologia utilizada para o desenvolvimento da pesquisa apresentada; índice muito baixo se considerarmos a importância dos métodos e técnicas de pesquisa para a consolidação do saber científico.

A Comunicação, do campo das chamadas ciências sociais aplicadas, almeja reconhecimento como campo científico e se incomoda com os olhares desconfiados por parte de outros saberes, como das ciências humanas e exatas, por exemplo. Porém, para o seu avanço é recomendável as produções obedecerem a certos padrões científicos. O fato de 15 trabalhos – mais da metade - ignorarem a menção da metodologia utilizada já oferece munição para certo descrédito perante outras ciências no país e no exterior com tradição em pesquisas; situação que como grupo não podemos perpetuar, apesar de considerarmos que não se trata de exigir rigor excessivo, nem de que não seja importante a difusão das produções menos sistemáticas. O desafio é a realização de pesquisas cada vez mais aprimoradas para superar a tendência de elaboração de meros *papers* às vésperas dos congressos. O que não é algo específico do GP em questão, mas de toda a área da Comunicação.

Devido à falta de menção quanto ao tipo de pesquisa, optamos por classificar o que estava implícito quanto ao tipo de pesquisa desenvolvido, segundo as deixas metodológicas que identificávamos nos trabalhos, o que resultou no seguinte quadro, que previa respostas múltiplas:

Quadro 5 – Tipo de pesquisa e metodologia usada nos trabalhos

Tipo de pesquisa	Quantidade observada
Pesquisa bibliográfica	21
Pesquisa documental	3
Pesquisa participante / observação direta	2
Entrevista	4
Análise de conteúdo	2
Estudo de caso	4
Outros (hermenêutica, estudo de recepção, etnografia)	3

A maioria dos trabalhos se vale de pesquisa bibliográfica. A entrevista e o estudo de caso aparecem 4 (quatro) vezes cada. A pesquisa documental está em terceiro lugar com 3 (três) aparições, seguida de pesquisa participante e análise de conteúdo com 2 (duas) cada. Em outros, com uma menção cada, estão a hermenêutica, o estudo de recepção e a etnografia.



No esforço de identificar os procedimentos metodológicos, classificamos unicamente como pesquisa bibliográfica 11 trabalhos, que apesar de não mencionarem a metodologia utilizada, apresentam-se com abordagens teóricas.

Cabem aqui algumas observações. Quanto a um dos trabalhos considerado como análise de conteúdo¹⁴, a autora menciona a metodologia utilizada, embora não a chame de AC, utiliza as expressões “análise quanti e qualitativa de textos”. Da mesma forma, o fizemos com o trabalho considerado como estudo de recepção em que a autora¹⁵ o apresenta como uma “observação dos movimentos de um consumidor no seu ato cotidiano de ouvir rádio” utilizando como referência Martin-Barbero e Canclini, além de entrevistas com radiouvintes. Além desses, outro trabalho, que classificamos como estudo de caso, é apresentado pela autora como “relato de um caso”.

Quadro 6 – Suporte de comunicação analisado em cada trabalho

Suporte	No. Vezes
Rádio comunitária	2
Rádio (outras)	1
Televisão comunitária	1
Jornal impresso / Boletim (comunitário)	2
Jornal impresso (outros)	3
Internet (Redes / comunidades virtuais)	1
Não se aplica (fala de ONGs, mobilização comunitária, educomunicação, ética etc.)	13
Total	23

O quadro acima advém na última categoria analisada no intuito de conhecermos melhor o conteúdo dos trabalhos. Procuramos identificar se existia algum suporte (canal) de comunicação focado na análise. Em casos em que não se tratava de estudo de mídias específicas – alternativa ‘não se aplica’ da categoria -, procuramos ver a abordagem principal. Neste aspecto, identificamos trabalhos que falam de uma maneira geral de mobilização social e comunitária, educomunicação, ONGs e OGs, ética, a pesquisa acadêmica sobre a comunicação da igreja, entre outros.

Verificamos que, apesar de o grupo ter forte identificação com as produções popular-alternativas e comunitárias, no âmbito dos trabalhos apenas cinco que tinham esse tipo de eixo amostral. Aliás, a ilustração produzida por meio das palavras-chaves no Wordle mostra a expressão comunicação comunitária sem muito destaque.

¹⁴ COGO, Denise. Multiculturalismo e mídia impressa: dos “modos” de Zero Hora narrar os 500 anos de descobrimento do Brasil. Texto apresentado no NP Comunicação para a Cidadania - Intercom /2001.

¹⁵ MAZZARINO, Jane. Consumidores do rádio degustam-no. Texto apresentado no NP Comunicação para a Cidadania - Intercom /2001.



A baixa utilização de suportes específicos para análise (maioria não usa), demonstra mais uma vez o caráter plural das produções do grupo, assim como a forma bastante genérica de abordagens de certos papers apresentados em 2001.

Considerações finais

A hipótese de que a presença dos conceitos de cidadania seria frágil no ano analisado tem certa efetividade, porém a questão da cidadania aparece de forma candente nas práticas comunitárias analisadas. No conjunto, os estudos apresentados enfatizam os direitos sociais (2ª geração), os direitos comunicacionais /culturais (5ª geração) e os direitos coletivos (3ª geração), respectivamente, o que faz sentido, pois, se situam num momento histórico caracterizado por demandas de toda ordem em prol da redução das desigualdades sociais e do respeito aos direitos coletivos. O direito de quinta geração identificado não é tratado explicitamente nestes termos e não se usa a expressão “direito à comunicação”. Trata-se de uma percepção nossa em razão de que alguns trabalhamos abordarem processos de empoderamento social de tecnologias comunicacionais no contexto de atividades sociais de diferentes atores para ampliar os direitos e o status da cidadania.

Cabe ainda dizer que a questão metodológica deixa muito a desejar na maioria dos trabalhos. Caso este fator seja recorrente nos anos posteriores, o GP está diante do desafio de contribuir para o avanço tanto dos processos metodológicos na realização das pesquisas e na explicitação clara dos métodos e técnicas empregados quanto na intensificação de investigações arrojadas de modo a contribuir ainda mais para o desenvolvimento do conhecimento científico e do campo da Comunicação no Brasil.

Referências

BARBALET, J. M. *A cidadania*. Lisboa: Estampa, 1989.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 4.ed. rev. e amp. Lisboa: Edições 70, 2009.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. 4.reimp. Rio de Janeiro: Campus, 1992. 217p.

BOBBIO, Norberto. **O conceito de sociedade civil**. Trad. de Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

_____. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 2.ed. Trad. de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FUNARI, Pedro P. A cidadania entre os romanos. In: PINSKY, J.; PINSKY, C.B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003. p.49-95.



COGO, Denise. **Comunicação, mídia e cidadania**: um percurso pelas interfaces de um Núcleo de Pesquisa da Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1242-1.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2012.

INTERCOM. **Núcleos de pesquisa**: normas regimentais, 2001. Disponível em: http://www.intercom.org.br/pesquisa/pesquisa_normas.shtml. Acesso em: 30 jun. 2012
MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.
PINSKY, J.; PINSKY, C.B. (Orgs.). **História da cidadania**. São Paulo: Contexto, 2003.

PERUZZO, Cicilia M. K. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, São Paulo, Alaic, a.2, n.3, p.18-41, jul./dic.2005. Disponível em: <http://www.alaic.net/portal/revista/n3.htm> . Acesso em: 20 jun.2012.

_____. Movimentos sociais, cidadania e o direito à comunicação comunitária nas políticas públicas. **Revista Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, Unisinos, v.11, n.1, p.33-43, jan./abr. 2009. Disponível em: http://www.unifra.br/professores/rosana/Peruzzo_2009.pdf. Acesso em: 12 jul.2012.

VIEIRA, L. **Cidadania e globalização**. 4.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000. 142p.
ABNT 6023.